

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Orçamento Impositivo é aprovado

ASSEMBLEIA Proposta estabelece que parte da verba estadual será aplicada em obras indicadas por deputados; 29 votaram a favor

Bruna Aidar

bruna.aidar@opopular.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em segunda e definitiva votação, a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) nº 2.880/2018, que institui no Estado de Goiás o chamado Orçamento Impositivo. Apesar da previsão de que não houvesse sessão durante esta semana, a última antes do primeiro turno das eleições, o presidente da Casa, José Vitti (PSDB), convocou os parlamentares e a matéria passou por unanimidade, com 29 votos favoráveis.

Por se tratar de PEC, a matéria não precisa de sanção do governador e, por isso, vai ser diretamente promulgada por Vitti. Na prática, ela institui que 1,2% do orçamento do Estado de Goiás deverá ser aplicado em obras e serviços indicados pelos deputados, independente de eles serem da base aliada do governador ou da oposição.

Por isso, a proposta causa polêmica: no ano passado, um grupo de deputados chegou a articular a aprovação, mas o líder do Governo, Francisco Oliveira (PSDB) interveio, na época, argumentando que o programa Goiás na Frente já levava benefícios para os municípios. Desta vez, contudo, ele votou favorável ao projeto.

Da mesma forma, deputados ligados ao senador Ronal-

do Calado (DEM), que lidera as pesquisas de intenção de voto para o governo, agora se posicionam contrários. É o caso, por exemplo, do deputado e candidato a vice de Calado Lincoln Tejota (PROS).

“Eu optei por não ir votar, mas não concordo, só Deus sabe como vamos receber esse Estado, é uma questão muito delicada. Será que eles acham que o governador não pagava só porque ele não queria? Estamos falando de um valor alto. Eu sou favorável, os deputados visam com essas emendas justamente suplantando deficiências nos municípios e acho que é fundamental no processo de recuperação da imagem do Legislativo, mas meu foco é o Estado”, alegou.

Ao POPULAR, Vitti se disse “feliz de ter deixado uma marca no Parlamento” mas disse que, apesar de o cumprimento das emendas estar garantido para o orçamento do ano que vem, ele ressaltou que a medida ainda pode ser revogada futuramente, dependendo do grupo que ganhar as eleições. “Amanhã pode ter um entendimento que isso vai atrapalhar. O Parlamento é assim: do mesmo jeito que aprova, revoga. Fizemos uma marca para o próximo ano, mas não sei se vai dar para 2020. Não sabemos o que será o amanhã.”

Um dos mais ferrenhos defensores da medida, Simeyson Silveira (PSD) comemorou a aprovação: “É uma matéria muito importante, traz uma autonomia para o Parlamento. É um momento histórico, dá uma carta de alforria ao Parlamento, para ter sua autonomia. Quem quiser ser base que seja por convicção, e oposição também”.

Para ele, a instituição do Orçamento Impositivo não necessariamente mexe com a formação de uma base aliada, mas promove maior diálogo entre os poderes: “O que vai exigir é que o Estado tenha um diálogo maior, com mais qualidade, para que o Parlamento também seja escutado sobre as obras.”

“

Fizemos uma marca para o próximo ano, mas não sei se vai dar para 2020.

Não sabemos o que será o amanhã”

**José Vitti (PSDB),
presidente da Assembleia**



DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS

Governo estende isenção a micros e pequenos

Thiago Burigato

thiago.burigato@opopular.com.br

O governador José Eliton (PSDB) anunciou ontem que todas as micro e pequenas empresas de Goiás – aquelas com faturamento bruto igual ou menor que R\$ 360 mil por ano – estarão isentas da aplicação do Diferencial de Alíquotas (Difal). A medida foi divulgada após reunião com representantes do Fórum Empresarial, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

O Difal é utilizado em operações interestaduais para compensar as diferenças nos valores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e foi pensado como forma de proteger a competitividade dos Estados. O cálculo já existia para grandes empresas e começou a ser aplicado nas micro e pequenas em Goiás em abril deste ano. No entanto, alguns segmentos foram excluídos nos meses seguintes, como confecções, franquias e empresas que comercializam embalagens.

“Diante da colocação do Fó-

rum Empresarial, do consenso entre os representantes da indústria e do comércio varejista, o governo do Estado tomou a decisão de excluir as micro e pequenas empresas da incidência do Difal, como forma de estabilizar a nossa economia, gerar emprego, gerar renda e melhorar a capacidade de competitividade do comércio varejista e do micro e pequeno empreendedor, que é aquele que gera empregos no Estado de Goiás”, afirmou José Eliton, em vídeo nas redes sociais.

O presidente do Fórum Empresarial, Otávio Lage, demonstra satisfação com o anúncio, mas é cauteloso: “Como ainda não soltou, estamos esperando liberarem o decreto para podermos comemorar”.

“Às vezes o governo avalia e o resultado não é o que ele pensava que ia ser”, pontua. O empresário acredita que a desoneração dos pequenos negócios, ao contrário da pretensão inicial do governo, pode acarretar maior faturamento para o Estado em Goiás.



Dificuldade para honrar dívida

FALTA DE DINHEIRO Sem repasses completos ou a total falta deles, problemas em áreas sensíveis do Estado continuam surgindo, principalmente na segurança pública e na saúde

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

O Estado de Goiás mantém a dificuldade de pagar dívidas com fornecedores, empresas e organizações sociais. Apesar de repasses parciais que foram feitos na semana passada, os problemas continuam em áreas como segurança, educação e saúde, surgindo inclusive em novos locais. Reflexo disso é um aparelho que realiza exames de doenças hepáticas parado no Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Aued (HDT) há mais de um mês por falta de dinheiro para fazer a devida manutenção e a ameaça da paralisação do serviço de monitoramento de tornozeleiras eletrônicas de 4 mil presos a partir da tarde de hoje.

Após um dia de negociações por telefone, a Spacecom, empresa que fornece o serviço de tornozeleiras, manteve a intenção de suspender o monitoramento. Ela anunciou que a paralisação vai começar às 14 horas desta quarta-feira (3), caso o Estado não pague 40% da dívida, que seria de R\$ 5,48 milhões, com valores que vem se acumulando desde o mês de fevereiro do ano passado. A Diretoria Geral de Administração Penitenciária (DGAP) tenta garantir o pagamento de uma parcela atrasada de 2018 no valor estimado de R\$ 800 mil.

A incapacidade de pagar a totalidade da dívida revela a dificuldade que o Estado tem enfrentado para conseguir arcar com os débitos acumulados e que estão surgindo a cada dia. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) informou ontem que os repasses pactuados são feitos às secretarias e elas, dentro de cada competência, decidem quais são as suas prioridades. Novos valores, segundo o órgão, serão repassados periodicamente para as áreas da administração do Estado conforme o fluxo de arrecadação.

O Hospital de Urgências de Goiânia, que segue plano de



“Eles estão querendo tudo, mas também têm as dificuldades. Existem outros fornecedores para pagar também.”

Coronel Edson Araújo, diretor geral da DGAP

emergência desde que a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE/GO) aplicou o termo de interdição, segue resistindo com os valores parciais repassados na semana passada, que correspondem a pouco menos de R\$ 5 milhões e garantem o abastecimento por apenas 15 dias. Desde então, nenhum outro repasse foi feito. A dívida do hospital está avaliada em R\$ 23,9 milhões, incluindo apenas valores a receber que foram acumulados entre janeiro e agosto deste ano (veja quadro).

A Bolsa Universitária, que beneficia cerca de 20 mil bolsistas, teve a parcela de R\$ 10,23 milhões do mês de julho paga às instituições de ensino na última segunda-feira (1^ª). O recurso é gerido pela Organização das Volutárias de Goiás (OVG). Ainda faltam parcelas de fevereiro, março, abril, agosto e setembro, que totalizam cerca de R\$ 50 milhões, segundo o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Educação Superior do Estado de Goiás (Semesp), Jorge de Jesus Bernard.

O valor de julho, mês de férias, era o que pesava no bolso dos estudantes, explica Bernard. Segundo o contrato, nos meses de janeiro e julho, o próprio bolsista paga a mensalidade, que é reembolsada após o repasse da OVG. De acordo com o sindicalista, os atrasos sempre foram comuns e já houve várias tentativas de acordo. Ele expli-

ca que a situação é mais delicada em instituições pequenas, que dependem mais do recurso da bolsa. “Tem instituição que tem 70% de bolsista, uma instituição dessa, com seis meses sem receber, quebra”, afirma.

VIGILÂNCIA

Ontem no final da tarde, após a reunião para negociar a dívida com a fornecedora do sistema de tornozeleiras eletrônicas, a DGAP chegou a comunicar que houve um acordo para os pagamentos das faturas de maio a agosto deste ano e que a empresa teria concordado em manter os serviços. No entanto, a Spacecom desmentiu o fato. Titular da DGAP, o coronel Edson Costa reconheceu que não houve acordo. “A gente está conversando com eles, nós estamos em um processo de negociação. Eles não podem fazer isso não (parar de monitorar tornozeleiras). Há um pouco de pressão em relação a isso”, avalia o diretor geral.

O coronel diz estar negociando junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz) o pagamento de uma parcela da dívida. “Eles estão querendo tudo, mas também têm as dificuldades. Têm outros fornecedores para pagar também.” Diretor da Spacecom, Nathaniel Bloomfield afirma que com os atrasos está com dificuldade nos pagamentos de funcionários, aluguel, manutenção e logística da empresa. “Nós temos muitas dívidas por causa disso”, diz. A empresa alega que o contrato prevê o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações em casos de atrasos superiores a 90 dias.

Ontem também houve negociação com representantes da VMI Sistema de Segurança, responsável pelos cinco scanners corporais (Body Scanner) do Estado que funcionam no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. A empresa alega dívida de mais de R\$ 2 milhões. Dois dos aparelhos já estão sem funcionar por falta de manutenção e o restante pode ficar sem operar até semana que vem.

Geral

Não pagamento de fornecedores e empresas pelo Estado acontece em vários setores. Veja:

EDUCAÇÃO

Bolsa Universitária

- **Qual era a dívida?** Mais de R\$ 60 milhões
- **O que foi pago?** R\$ 10,23 milhões no dia 1^º referente a julho
- **Ainda faltam:** Meses de fevereiro, março, abril, agosto e setembro

Fornecedores de alimento para merenda escolar

- **Qual era a dívida?** Três meses atrasados
- **O que foi pago?** R\$ 2.965.438,03 no dia 28 de setembro referente a junho
- **Ainda faltam:** Agosto e setembro

SISTEMA PRISIONAL

Tornozeleira eletrônica

- **Qual era a dívida?** Mais de R\$ 5 milhões
- **O que foi pago?** Estado negocia para pagar uma parcela
- **Ainda faltam:** Mais de R\$ 5 milhões

Scanner para presídios

- **Qual era a dívida?** Mais de R\$ 2 milhões
- **O que foi pago?** Estado negocia com empresa
- **Ainda faltam:** Mais de R\$ 2 milhões

SAÚDE

Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo)

- **Administrado pela OS Instituto Gerir**
- **Qual era a dívida?** R\$ 29,5 milhões até o início da semana passada
- **O que foi pago?** Valor aproximado de R\$ 5 milhões até a sexta-feira (28) (garante o funcionamento por 15 dias)
- **Ainda faltam:** R\$ 23.988.999,80

Hospital Materno Infantil (HMI)

- **Administrado pela OS Instituto de Gestão e Humanização (IGH)**
- **Qual era a dívida?** R\$ 18,2 milhões de janeiro a agosto
- **O que foi pago?** Não foi informado
- **Ainda faltam:** R\$ 18,2 milhões

Hospital Estadual de Doenças Tropicais (HDT)

- **Administrado pela OS Instituto Sócrates Guanaes (ISG)**
- **Qual era a dívida:** R\$ 5,8 milhões de janeiro a agosto
- **O que foi pago?** Nada
- **Ainda faltam:** R\$ 5,8 milhões, hospital está sem receber repasses desde junho deste ano

Fonte: Portal da Transparência



Saúde encaminhou dados à Sefaz

A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) informou ontem que repassou as solicitações de recursos para a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) para continuar a fazer os repasses para os hospitais. Além do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), várias outras unidades também acumulam dívidas, chegando ao ponto vivenciado pelo Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), que está sem rece-

ber repasses desde Junho deste ano. A Sefaz respondeu ao POPULAR que os valores serão encaminhados para os órgãos de acordo com o fluxo de arrecadação.

A falta de previsão faz com que a situação se prolongue, com chances de virar o que se convém chamar de efeito "bola de neve". Até a semana passada, a dívida com as unidades de saúde calculava apenas o que foi acumulado até o mês de agosto.

No decorrer deste mês, os valores referentes a setembro já poderão ser incluídos. No HDT, a dívida total é de R\$ 5,8 milhões e já reflete na falta de dinheiro até mesmo para fazer a manutenção de aparelhos de exame (veja correlata na página 15). No Hospital Estadual Materno Infantil (HMI), onde, na semana passada, os colaboradores da empresa terceirizada responsável pela limpeza promoveu um princípio de paralisação por causa do

atraso salarial, a dívida já é de R\$18,2 milhões, apenas entre Janeiro e agosto deste ano.

Débitos são registrados também, conforme os dados do Portal da Transparência, em outros hospitais, como no Hospital Estadual Geral de Goiânia Dr. Alberto Rassi (HGG), onde a dívida é de R\$ 11,7 milhões, sendo que do valor equivalente ao mês de agosto (R\$ 8,7 milhões), não foi repassado nenhum centavo ainda. No Hospital de Urgências

de Aparecida de Goiânia (Huapa), gerido pela mesma organização social do HMI, a dívida acumulada este já é de R\$ 3,4 milhões. No Centro Estadual de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), a dívida já é de R\$ 46,9 milhões. Até então, este ano, nenhum mês foi quitado integralmente e, conforme os dados do Portal, repasses não são feitos desde maio. Os valores Integrais contam como valores ainda a serem pagos.

Aparelho de exames está parado

Galtieri Rodrigues
galtieri.rodrigues@opopular.com.br

O aparelho que realiza exames capazes de diagnosticar doenças como hepatite e cirrose do Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT) está parado por falta de manutenção. Conforme informações repassadas ao POPULAR por pessoas que trabalham no local, ele estaria sem funcionar desde o mês de julho, que é quando deveria ter sido submetido a uma nova calibragem, mas, de acordo com a organização social que administra a unidade, Instituto Sócrates Guanaes (ISG), a paralisação ocorreu a partir do fim de agosto. O custo aproximado da manutenção é de R\$ 40 mil, mas ainda não existe uma previsão de quando ela será feita.

Chamado de Fibroscan, o aparelho é uma espécie de ultrassom que, por meio de imagens e de forma não invasiva, detecta a presença e o grau de fibrose hepática. O HDT é a única unidade de saúde da rede pública em Goiás que possui o equipamento. Existem outras formas de se fazer a detecção de doenças hepáticas, mas, no caso da cirrose, por exemplo, a outra opção seria a biópsia do fígado, ou seja, um alternativa mais arriscada, pois é invasiva e exige a re-



HDT, em Goiânia, é administrado pelo Instituto Sócrates Guanaes

tirada de fragmento do órgão para análise. O ISG alega não se tratar de um aparelho fundamental nem decisivo para o tratamento, diferente do que é exposto por servidores do hospital que atestam a eficácia e as vantagens para o paciente.

A organização social, conforme dados do Portal da Transparência do Estado, não recebe repasses do governo desde Junho deste ano. O total a receber, acumulado entre Janeiro e agosto, é de R\$ 5,8 milhões. Até maio, valores foram repassados mesmo que parcialmente, mas, a partir de Junho, cessaram. A falta de dinheiro é o que inviabilizou a manutenção do aparelho. Em resposta à reportagem, o ISG disse

que aguarda a aprovação de pagamento da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), devido ao alto custo. Em relação ao caso, a secretaria alegou que aguarda repasses da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) para normalizar a situação.

O aparelho, que custa em torno de R\$ 1 milhão, usa uma tecnologia francesa que conseguiu estabelecer uma correlação de análise e resultados entre a biópsia hepática e o exame não invasivo. Ele foi adquirido pelo Estado há três anos. A manutenção preventiva é anual. Por ser totalmente automatizado, o próprio equipamento avisa da necessidade de calibragem e isto teria ocorrido em Julho deste ano.

R\$ 40

mil é o valor da manutenção do aparelho que está parado no HDT e que realiza exames para diagnosticar fibroses hepáticas

R\$ 5,8

milhões é o valor da dívida atual do Estado com a OS que administra o HDT. A unidade não recebe repasses desde Junho



Aparelho que custou em torno de R\$ 1 milhão está parado

Quando isso ocorre é porque ele já atesta a incapacidade de medir fielmente o grau de fibrose ou de diagnosticar as doenças com precisão. Profissionais informam que o equipamento é essencial e foi uma conquista importante para o Estado, pois os resultados são capazes de determinar as ações a serem tomadas em cada tipo de tratamento.

"Todo paciente portador de hepatite crônica deve fazer esse exame e isso tem impacto inclusive na mudança ou não do tratamento", afirma uma servidora do hospital, que pediu para não ser identificada. Em média, quando funcionando plenamente, o desempenho do aparelho é de 120 a 150 exames por

mês, no HDT. Sem ele, pacientes estariam hoje à espera da manutenção para poderem fazer o exame sem a necessidade de procedimentos invasivos. O ISG confirma a existência de uma fila de espera, sem especificar a quantidade de pessoas - servidores informam algo em torno de 300 -, mas frisa que os pacientes estão sendo tratados pelo hospital, independente da submissão ou não ao exame.

A calibragem do equipamento é feita por empresas especializadas, o que também não existiria em Goiânia. Ele precisa ser levado para Brasília e não se trata de uma intervenção rápida, pois leva em torno de uma semana para ficar pronto.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Justiça do Trabalho proíbe OS de contratar médicos como pessoas jurídicas

Em liminar a Justiça do Trabalho determinou à organização social (OS) Instituto de Gestão e Humanização (IGH) a obrigação de não contratar pessoas jurídicas (PJ) para atuar nos hospitais públicos por ela gerenciados. O Ministério Público do Trabalho ajuizou uma ação civil pública com pedido de tutela de urgência, após recusa, por parte da organização social, de assinar um termo de compromisso de ajustamento de conduta para interrupção dessa prática ilegal. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás constatou, durante ação fiscal no Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia, Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e Hospital Materno Infantil, que a OS gestora dessas unidades de saúde contratava PJs formadas por médicos para prestação de serviços. A ação concluiu que o IGH ou não realizava processo seletivo para contratação de médicos ou realizava processo seletivo para contratação de pessoas jurídicas de médicos, o que afronta as disposições do Direito Público e diretrizes do SUS. A ação civil pública ainda tratou do fundamento previsto no art. 199, § 2º, da Constituição Federal, que proíbe a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, o que é o caso das pessoas jurídicas de médicos. Segundo a juíza do Trabalho que concedeu a liminar, Tais Priscilla Ferreira, o cunho antecipatório da ação foi cedido porque a continuidade das práticas irregulares apontadas viola princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, o que coloca interesses públicos relevantes em risco. Assim, o IGH fica proibido de realizar processo seletivo para contratação de PJs formadas por profissionais médicos para trabalho nos hospitais públicos por ele gerenciados. É necessário, também, proceder à realização de processo seletivo para contratação de pessoas físicas (médicos) para a realização dos referidos trabalhos, sob pena de multa de R\$ 50 mil por empresa jurídica contratada em descumprimento da referida obrigação. A procuradora do Trabalho responsável pelo caso, Milena Costa, explica que a situação impede o estabelecimento do vínculo médico-paciente porque não há continuidade nos atendimentos, uma vez que os profissionais atuam nos hospitais por pouco tempo e quase sempre na forma de plantões semanais.

Causa própria

Os deputados estaduais votaram ontem, numa sessão que durou pouco mais de meia hora, a PEC do Orçamento Impositivo, que lhes beneficia. Foram 29 votos favoráveis, um quórum espetacular para um semestre legislativo marcado por encerramentos de sessões por falta de deputados em plenário.

Dane-se o povo

As outras matérias de interesse popular ficaram para Deus sabe quando. Na próxima semana, já terá ocorrido as eleições e, quem foi reeleito ainda pode aparecer na Assembleia, mas os derrotados dificilmente darão as caras, já receberão o contracheque integral até janeiro, trabalhando ou não.

Governador sanciona lei que libera autenticação por advogados

- Advogados já podem autenticar documentos em âmbito de processo administrativo no Estado. A Lei nº 20.293, de 27 de setembro de 2018, que altera a Lei nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração já está em vigência.
- A nova lei deriva do processo legislativo nº 499/18, de autoria do deputado Virmondes Cruvinel (PPS), aprovado pela Assembleia Legislativa no início de setembro. A matéria havia sido pensada ao processo nº 500/18, do deputado Jean Carlo (PSDB).
- Na justificativa do processo, Virmondes Cruvinel argumentou que a propositura visa maximizar e facilitar o exercício da advocacia no âmbito do processo administrativo estadual, garantindo o pleno exercício deste profissional indispensável à administração da Justiça, nos termos do artigo 133 da Constituição Federal.
- “Aproveitamos o ensejo para asseverar que a propositura é escorreita e não ofende a competência reservada privativamente ao chefe do Poder Executivo, vez que não se trata de regime jurídico de servidor público, muito menos da estrutura administrativa, atendendo-se tão somente à procedimentos da processualística administrativa estadual”, afirma o deputado.



Assembleia aprova PEC do Orçamento

Presidente José Vitti, avaliou que a Casa ganha autonomia com a imposição de pagamento de emendas

VENCESLAU PIMENTEL*

A partir da próxima legislatura, que se inicia no primeiro semestre de 2019, os deputados terão a garantia de que as emendas apresentadas ao orçamento do Estado, para o ano seguinte, disporão de recursos para a sua aplicação. Isso porque a Assembleia Legislativa aprovou ontem, em votação definitiva emenda à Constituição Estadual, que estabelece o chamado Orçamento Impositivo.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de iniciativa da Mesa Diretora, capitaneada pelo presidente José Vitti (PSDB), altera os artigos 110 e 110. A primeira mudança passa a dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório.

Já em relação ao artigo 111 prevê que as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Exe-



Deputados estaduais conseguiram quórum para aprovar PEC do Orçamento Impositivo após polêmicas e vetos do governo

cutivo, sendo que, deste percentual, 70% será destinado a ações e serviços públicos referentes às vinculações constitucionais.

A execução orçamentária para atendimento das emendas parlamentares será realizada, obrigatoriamente, no primeiro semestre do exercício financeiro, conforme emenda de iniciativa do deputado Helio de Sousa (PSDB), aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Após conduzir o processo de votação da PEC, José Vitti classificou a aprovação da proposta como um momento emblemático e simbólico do Poder Legislativo de Goiás, já que o orçamento impositivo marcará, positivamente, a vida dos goianos a partir do próximo

ano. "Vou deixar esta Casa em 2019. Independentemente do que conseguimos cumprir e dos momentos bons e difíceis que estive juntos, considero a aprovação da PEC que estabelece o orçamento impositivo um momento emblemático e significativo, que marcará a vida de todos os goianos", disse Vitti.

Ele fez questão de ressaltar que, na presidência da Casa, nunca fez nada sozinho. "Sempre tive uma postura de lealdade e altivez ao defender o Poder Legislativo. Acredito no Parlamento, nos deputados e nos servidores que aqui trabalham. Tenho muito orgulho de ser deputado da 18ª Legislatura", pontuou.

Para o líder do Governo, deputado Francisco Oliveira

(PSDB), a atuação de Vitti foi fundamental para consolidar a aprovação do Orçamento Impositivo. "O presidente sempre lutou pela autonomia deste Poder. Temos trabalhado pela aprovação dessa matéria, como líder do Governo, há dois anos. José Vitti foi o maestro e o tutor que orientou os parlamentares para que tivéssemos esse ganho de autonomia. Tenho orgulho de participar disso", afirmou.

Relator da matéria na CCJ, o deputado Simeyzon Silveira (PSD) afirmou que a aprovação da PEC equivale a uma carta de alforria dada ao Parlamento. Para ele, a obrigatoriedade do pagamento das emendas parlamentares aprovadas na Lei Orçamentária Anual vai oferecer maior auto-

nomia para a Casa.

"A Casa faz história hoje. Os 29 deputados que votaram a favor da PEC deram uma carta de alforria para esse Parlamento. A Assembleia terá maior autonomia e valorização da grandeza que tem. Falo que hoje sou um deputado mais orgulhoso de minha função. É uma honra votar uma matéria como essa. Parabéns ao presidente pela condução dos trabalhos que nos levaram a este momento", salientou.

Rejeição

Autor da PEC de mesmo teor, de sua iniciativa, mas que foi rejeitada em plenário, o deputado Henrique Arantes (PTB) disse que a PEC do Orçamento Impositivo terá um efeito trans-

formador nos municípios. "A aprovação da emenda constitucional foi fundamental para o fortalecimento do Parlamento e dos municípios goianos. Agradeço aos parlamentares que votaram a favor. Isso vai dar maior altivez ao mandato de cada um de nós", afirmou o parlamentar.

Por sua vez, o petista Luis Cesar Bueno disse que a votação, por unanimidade, com apoio da base governista, aconteceu após os aliados terem rejeitado a proposta de Henrique Arantes. "Gostaria de fazer uma reflexão. A base do governo, hoje aprovou a PEC do Orçamento Impositivo, teve a oportunidade de votar a mesma matéria no final do ano passado. Na época, a maioria votou contra, mas hoje foram favoráveis. Antes tarde do que nunca. Goiás era o único Estado do país onde não havia sido implantado. Os deputados da oposição nunca tiveram uma emenda aprovada no Orçamento que fosse cumprida. Quem for oposição na próxima legislatura, graças a aprovação, terão suas emendas cumpridas. Fiquem com o Parlamento e votem por seu fortalecimento", afirmou o petista.

O deputado Major Araújo (PRP) disse que a aprovação da matéria vai tornar o Legislativo menos submisso e subserviente ao Poder Executivo. De acordo com ele, o presidente José Vitti foi republicano em suas funções e reconheceu o papel da oposição. (* Especial para O Hoje)



Governo beneficia empresários

Governador recebeu membros do Fórum Empresarial e concedeu benefícios fiscais

Com foco no fortalecimento das empresas goianas, o governador Zé Eliton reuniu-se, ontem de manhã, com dirigentes de associações e federações que integram o Fórum Empresarial. Ao final do encontro, realizado no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, houve consenso em relação aos principais itens da pauta apresentada pelos líderes do setor produtivo. O principal deles diz respeito à calibragem do Diferencial de Alíquota (Difal), permitindo que as micro e pequenas empresas (que faturam até R\$ 360 mil por ano) sejam beneficiadas e a extensão das compensações fiscais que já existem nos setores de franquia, aviamentos e calçados para as empresas que comercializam embalagens. Além disso, exclusão da incidência do Difal do Simples nas aquisições de matéria-prima, embalagem e produto intermediário que serão utilizados exclusivamente no processo industrial.

O Difal foi criado, por sugestão das entidades que integram o Fórum Empresarial, para compensar o diferencial de alíquota para empresas que adquirem determinados produtos em outros estados da federação, como São Paulo por exemplo, e pagam alíquotas fiscais diferentes das existen-

tes em Goiás. Ao tomar essa decisão, na prática o governador Zé Eliton atua para proteger as empresas instaladas em Goiás que ofertam os mesmos produtos, mas com alíquotas em alguns casos mais elevadas.

Ao final da reunião, o governador gravou um vídeo para as redes sociais do governo no qual destaca que vários temas foram discutidos, especialmente o que trata da incidência do Difal para as micro e pequenas empresas que faturam até R\$ 360 mil por ano. "Diante da colocação do Fórum Empresarial, do consenso entre os representantes da indústria e do comércio varejista, o governo do Estado tomou a decisão de excluir as micro e pequenas empresa da incidência do Difal, como forma de estabilizar a nossa economia, gerar emprego, gerar renda e melhorar a capacidade de competitividade do comércio varejista e do micro e pequeno empreendedor, que é aquele que gera empregos no estado de Goiás" disse.

O secretário estadual da Fazenda, Manoel Xavier Ferreira Filho, destacou o nível de maturidade de ambas a partes e adiantou que o governo se comprometeu, no caso do Difal, "estudar caso a caso", o mesmo ocorrendo em relação a multas



Ao final do encontro, houve consenso em relação aos principais itens da pauta apresentada pelos líderes do setor produtivo

aplicadas pelo fisco estadual e a Agrodefesa.

O presidente do Fórum Empresarial, Otávio Lage Filho, também presidente da Associação de Desenvolvimento Industrial do Estado (Adial), elogiou a disposição do governador Zé Eliton para o diálogo. Enfatizou também que a reunião de hoje, que ocorre mensalmente, é mais uma demonstração de apreço do governador pelo setor produtivo, responsável pela geração de emprego e renda no estado. "O governador tem sido muito sensível às demandas do Fórum Empresarial do estado", assinalou.

Os líderes empresariais também abordaram sobre a

questão dos projetos que tratam da proibição da irrigação no período de seca (agosto, setembro e outubro) e que revoga a Lei da Remissão de Multa (GTA e TTA) dos produtores goianos (Faeg). O secretário Manoel Xavier adiantou que proibição do uso de água no período de seca pelos produtores não vingou no Legislativo.

Os empresários pediram, também, o restabelecimento do programa Log Produzir, que está, segundo a SED, em franco funcionamento. O problema é que o Confaz concedeu o prazo de apenas um ano para a fruição do benefício para cada empresa. O governo de Goiás tem defendido um

prazo maior, de pelo menos 4 anos, para que as empresas usufruam do benefício – crédito outorgado que garante desconto de cerca de 65% no pagamento do ICMS por até 12 meses.

Por último, os empresários trataram da Instrução Normativa 1.411/2018 – GSF, de 31 de agosto passado, que altera as instruções normativas 1.330/17 – GSF, 1.331/17 – GSF, 1.332/17 – GSF, 1.333/17 – GSF e 1.334/17 – GSF, suspendendo até novembro o aproveitamento dos créditos decorrentes das antecipações do ICMS efetuadas anteriormente.

Participaram também da reunião os secretários de Estado de Desenvolvi-

mento Econômico, Leandro Ribeiro; da Casa Civil, Fernando Tibúrcio; e de Gestão e Planejamento, Joaquim Mesquita. E ainda: os presidentes da Federação das Associações de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (Faciieg), Ubiratan Silva; da Federação de Clubes de Dirigentes Lojistas (FCDL), Melchior Luiz Filho, da Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), Marcelo Baiocchi; da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (Aciieg), Eulides Barbo; e o presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), Otávio Lage.